

RESPEITEM OS MEUS CABELOS BRANCOS!

Claudia Maria Bezerra da Silva¹

1. claudiambezerra@yahoo.com.br

Resumo

O projeto “Respeitem os Meus Cabelos Brancos!” foi desenvolvido na Escola Coronel José Domingos da Silva, nas turmas de nível I, II e III da Educação de Jovens e Adultos. Foi um trabalho que, amparado no Estatuto do Idoso e na Constituição da República Federativa do Brasil, se propôs a conhecer e analisar se os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos estavam sendo respeitados. Palavras-chave: idoso, direitos dos idosos, respeito.

Abstract

The project “Respeitem os Meus Cabelos Brancos!” was developed at the School Coronel José Domingos da Silva, the level of class I, II and III of the Youth and Adult Education. It was a job that supported the Estatuto do Idoso and the Constituição da República Federativa do Brasil, it sets out to understand and analyze whether the rights of persons aged over 60 years were being respected. Keywords: elderly, right of the elderly, respect.

Introdução

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no censo 2010, a população brasileira está envelhecendo cada vez mais ao longo dos anos, provocando na sociedade a necessidade de reflexão sobre o atendimento às necessidades dos idosos, que carecem de maior atenção e dependência à medida que a idade aumenta. Sendo assim, esse assunto foi oportuno nas turmas da EJA, cuja faixa etária variava entre 16 e 78 anos, com muitos idosos que desconheciam os seus direitos e lidam com falta de sensibilidade e solidariedade, preconceitos e maus tratos no cotidiano.

O projeto teve como objetivo geral: Conhecer os direitos dos idosos e analisar se os mesmos estão sendo respeitados. E como objetivos específicos: Conhecer o Estatuto do Idoso;

REALIZAÇÃO



APOIO



PATROCÍNIO



Conhecer a Constituição da República Federativa do Brasil, especificamente os artigos que trazem os direitos dos cidadãos; Refletir se as leis que amparam os idosos são aplicadas na prática; Analisar dados do Censo Demográfico 2010 que retrata a população idosa no Brasil; Identificar causas do envelhecimento da população; Conscientizar os alunos dos seus direitos.

Referencial Teórico

Os idosos são vistos em diferentes perspectivas conforme as várias culturas em que estão inseridos. Por exemplo, na cultura oriental os idosos são vistos como um símbolo de sabedoria devido às experiências vividas, e por isso são os mais respeitados.

Nas culturas ocidentais, parece representar um “peso” na vida dos mais jovens, visto que não representam um papel tão ativo na sociedade. É como se envelhecer fosse sinônimo de passar da atividade para a passividade. Isso significa deixar de fazer para que façam por ele, deixar de ser cidadão, deixar de ser família... Mas o envelhecimento é natural e deve ser visto com preocupação.

Para embasamento, foi consultado o Censo Demográfico, que é o conjunto de dados estatísticos sobre a população de uma cidade, estado ou nação. No Brasil, é realizado pelo IBGE a cada dez anos, onde são agrupadas informações que tratam-se da principal fonte de dados sobre a situação de vida da população, ajudando o poder público nos investimentos em saúde, educação, transporte, saneamento, habitação, energia e assistência social.

Em relação à população idosa, os dados demográficos têm demonstrado que o Brasil não é um país jovem. Em 2000 as pessoas com 60 anos ou mais representava 8,6%. Já em 2010, o Censo Demográfico apresentou um percentual de 10,8%, indicando um aumento considerável em apenas 10 anos. E a expectativa para 2020 é que a população idosa represente 13% dos brasileiros.

Com base nessas informações, percebemos que passamos por um processo de envelhecimento populacional, como consequência do contínuo aumento da expectativa de vida e redução da fecundidade. Essa mudança, que tem sido rápida, na estrutura etária brasileira alerta para o

enfrentamento de alguns problemas relacionados a políticas públicas e sociais. O problema do envelhecimento traz à tona a ausência de ações que visam à melhoria das condições de vida especialmente na área de assistência social, saúde, educação, lazer e emprego. Esses são alguns aspectos que devem ser repensados para atender ao novo perfil populacional.

Com essa nova configuração populacional, foi oportuno trabalhar o tema porque as turmas tinham uma grande quantidade de alunos idosos. Dessa forma, o projeto usou a apresentação da legislação e a experiência dos alunos como base para as aulas, pois dessa forma os estudantes puderam relacionar os conteúdos a exemplos concretos, o que de acordo com Arroyo (2006, p.35):

“(...) eles carregam para a relação pedagógica saberes, conhecimentos, escolhas, experiências de opressão e de libertação. Carregam questões diferentes daquelas que a escola maneja. Essas diferenças podem ser uma riqueza para o fazer educativo. Quando os interlocutores falam de coisas diferentes, o diálogo é possível. Quando só os mestres têm o que falar, não passa de um monólogo.”

Assim, nada melhor para manter o interesse do estudante do que tratar de um tema que, no caso dos idosos, é o que eles estão vivenciando na família, no trabalho e afazeres cotidianos. Já os estudantes mais jovens, uma oportunidade para conhecer os direitos e dificuldades dos idosos, despertando o respeito e cuidado. O projeto visa partir da realidade, dos conhecimentos, significados e interrogações dos alunos para um processo de ensino-aprendizagem pautado no diálogo entre saberes escolares e sociais. Um diálogo feito de forma sistemática, propiciando acesso a conhecimentos e cultura acumulados na sociedade.

Ao utilizar o estudo das leis vigentes, busca-se um embasamento oficial dos direitos sociais. Sendo assim, o estudo da Constituição da República Federativa do Brasil e do Estatuto do Idoso propicia o conhecimento dos direitos e garantias fundamentais.

A Constituição é o conjunto de normas (regras e princípios) supremos do ordenamento jurídico do Brasil. Serve para regulamentar, de um modo geral, a vida das pessoas. No nosso país é regido desde 1988 pela Constituição também conhecida como Constituição Cidadã, devido ao largo conjunto de garantias que assegurou ao cidadão. Dentre os princípios que

norteiam a atuação do Estado e o relacionamento entre as pessoas, encontram-se o direito à vida, à liberdade, à igualdade (sem distinção de origem, raça, cor, sexo, idade ou religião), direito à segurança e à dignidade.

Já o Estatuto do Idoso foi criado para ampliar os direitos de todos os cidadãos que tem mais de 60 anos. Foi sancionado pelo Presidente da República em 2003, tornando-se lei que prevê penas para quem não respeitar os idosos. Assegura direitos fundamentais e oportunidades para conservação da saúde física e mental, além de garantir o aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Determina que é obrigação da família, comunidade, sociedade e Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao esporte e lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Com isso, o idoso tem direito a atendimento preferencial e imediato em bancos, repartições públicas, hospitais e demais órgãos que prestam serviços à população. Também indica que sejam formados e capacitados trabalhadores em geriatria e outras áreas que prestem serviços especializados aos idosos.

O Estatuto também incentiva que o idoso fique preferencialmente com sua família e não colocado em asilos, o que estimula o convívio e apoio familiar e laços de afeto numa fase da vida em que as pessoas ficam mais dependentes.

Na lei também fica determinado que nenhum idoso possa sofrer qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, sendo dever de todo o cidadão fiscalizar a aplicação do Estatuto do Idoso e denunciar às autoridades competentes qualquer violação.

Metodologia

O projeto foi elaborado a partir de causas sobre o envelhecimento da população brasileira e legislação vigente que ampara direitos dos cidadãos e dos idosos. Com base nesse material, foram provocados debates sobre problemas enfrentados no dia a dia e contextualizando o tema.

REALIZAÇÃO



APOIO



PATROCÍNIO



Ao longo de dois meses, respeitando a etapa de aprendizagem dos alunos, já que eram de níveis distintos (I, II e III), foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Sensibilização: Para iniciar o projeto, foi feita a seguinte pergunta: Você já presenciou algum tipo de preconceito ou violência contra os idosos? Em resposta, alguns estudantes citaram como exemplo motoristas de ônibus que param o coletivo distante da calçada, motoristas que arrancam com velocidade antes que o idoso esteja sentado, pessoas nos ônibus que não cedem o lugar (inclusive os reservados), violência praticada por parentes em casa, discriminação sofrida em seleção para emprego... além da concepção errônea de algumas pessoas que o idoso é um “peso”, alguém inoperante que sempre gera altos custos.

Estudo das leis: Estudo dos direitos encontrados na Constituição da República Federativa do Brasil e do Estatuto do Idoso. Foram feitas leitura e debate sobre as leis, para que os alunos tivessem conhecimentos dos direitos que são assegurados e assim, possam reivindicá-los. Durante as atividades, chamou a atenção dos estudantes o inciso I artigo 3º do Estatuto do Idoso, que garante preferência no atendimento em órgãos privados e públicos. Foi destacada como descumprimento da Lei, a demora de atendimento a essa população em bancos e hospitais.

Gráficos: Leitura, análise comparativa e construção de gráficos para representar o crescimento da população de idosos no Brasil, com base no Censo Demográfico.

Leitura e escrita de palavra geradora: No nível I, foi debatida e estudada a escrita e o sentido da palavra IDOSO. A palavra foi dividida em sílabas, que foram reunidas a outras sílabas já conhecidas para composição de novas palavras; Também foi apresentada a regra ortográfica do “S” intervocálico. Esse trabalho, no nível I em que os alunos ainda estão em processo de alfabetização, possibilita a apropriação da leitura e escrita. De acordo com Freire (1987, p.45), a discussão da palavra permite que o estudante tenha consciência da realidade em que vive, tornando mais significativo e eficiente o processo de alfabetização.

Causas do envelhecimento: Estudo de textos e notícias de jornais que apontam causas do envelhecimento da população, entre eles: aumento da expectativa de vida e diminuição dos números da taxa de natalidade. Analisando possíveis eixos, como: acesso à informação;

participação, cada vez maior, da mulher no mercado de trabalho; ampliação do saneamento básico; acesso à saúde. Provocando debates e emissão de opiniões.

Produção de texto: Os estudantes produziram uma redação com o tema: “Os direitos dos idosos estão sendo respeitados?” Foi um momento em que eles puderam emitir as opiniões sobre o respeito às pessoas idosas.

Mural para a escola: Foi proposto que os estudantes escrevessem frases em resposta à pergunta: “Como o idoso deve ser tratado?” Cada estudante apresentou para a sala a frase que escreveu e, em seguida, foram expostas no mural.

Resultados

Ao final do projeto, mudanças significativas puderam ser percebidas no comportamento dos estudantes, principalmente dos mais jovens que passaram a refletir sobre como estão tratando as pessoas mais velhas com as quais convivem. Passaram a ter um novo olhar sobre o respeito às pessoas idosas. Já os estudantes idosos, ao conhecerem seus direitos, disseram ter passado a cobrá-los com mais rigor nos lugares onde circula e em todas as situações do dia a dia, como prioridade nos serviços de atendimento e garantia à saúde.

Considerações Finais

A estrutura etária no Brasil está mudando e a explicação para esse fato é que os idosos possuem atualmente um contingente populacional expressivo e que vem crescendo a cada ano. Em virtude de o projeto ser desenvolvido em turmas da Educação de Jovens e Adultos, que têm vários alunos idosos, foi oportuno o trabalho do tema para conscientizá-los dos seus direitos, com a utilização da Constituição da República Federativa do Brasil e do Estatuto do Idoso. Também foram utilizados dados do IBGE e reportagens acerca da temática para embasar o estudo. Dessa forma, o projeto despertou interesse dos alunos que participaram ativamente nas aulas, expressando sentimentos, ideias, opiniões e relatando experiências de

situações vividas em que houve preconceitos, além de levantar suposições para as possíveis causas do aumento do número de idosos e confirmando através de pesquisas e leitura de reportagens.

Essa rápida mudança na estrutura etária brasileira alerta para o enfrentamento de alguns problemas básicos, relacionados à ineficiência das políticas públicas e sociais voltadas para o processo do envelhecimento. É necessário mudar o comportamento das pessoas, frente ao respeito aos idosos e também a aplicação das leis já existentes, pois em teoria já estão prontas, mas no dia a dia os direitos ainda não estão assegurados em plenitude.

Referências

ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens e Adultos: Um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Orgs). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 20/02/14.

BRASIL. *Estatuto do Idoso (Lei nº10741 de 01/10/2003)*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm Acesso em 20/02/14.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/default_sinopse.shtm

Acesso em 20/02/14.